



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

À Deputada Alice Portugal

PROJETO DE LEI Nº 3.167/24 - do Sr. Bacelar - que "estabelece o princípio da reparação histórica e financeira para o Município de Canudos, na Bahia (BA), em parceria com o Governo Federal, o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Canudos. "

Ao Deputado Capitão Alden

PROJETO DE LEI Nº 1.192/19 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências". (Apensado: PL 4031/2023)

PROJETO DE LEI Nº 4.938/19 - do Sr. Mário Heringer - que "acrescenta o art. 24-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para disciplinar a gestão cívico-militar nas escolas públicas de educação básica, e dá outras providências". (Apensado: PL 6134/2019)

À Deputada Carol Dartora

PROJETO DE LEI Nº 733/19 - do Sr. João Roma - que ""Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM para ampliar a cobertura ao ensino médio.""

PROJETO DE LEI Nº 2.412/19 - do Sr. Pastor Eurico - que "estabelece desconto de trinta por cento na aquisição de livros, periódicos e materiais didáticos por professores e estudantes de cursos superiores de grau de licenciatura".

PROJETO DE LEI Nº 3.402/20 - da Sra. Marília Arraes e outros - que "altera a redação dada pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que "Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.", a fim de tornar obrigatória a reserva de vagas em seus programas de pós-graduação".

PROJETO DE LEI Nº 2.857/21 - do Sr. Célio Silveira - que "incluir o inciso I e o parágrafo único ao artigo 10 da Lei 14.180/21, que institui a Política de Inovação Educação Conectada, para que as Empresas de Telecomunicações disponibilizem infraestrutura física e velocidade mínima de 300 megas às escolas públicas urbanas e rurais de ensino básico e, em contrapartida, recebam incentivo fiscal a ser definido pelo governo federal".

PROJETO DE LEI Nº 274/22 - do Sr. José Nelfo - que "dispõe sobre a isenção na inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pelos próximos 4 (quatro) anos".

PROJETO DE LEI Nº 1.305/22 - do Sr. Igor Kannário - que "acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 11.738, de 2008, para explicitar a aplicação do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica aos profissionais do magistério indígena".

PROJETO DE LEI Nº 238/23 - do Sr. Mendonça Filho - que "altera a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para corrigir os valores das bolsas de estudos ofertadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e prever o seu reajuste anual".

PROJETO DE LEI Nº 4.486/23 - da Sra. Flavinha - que "dispõe sobre a criação da Patrulha Nacional de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra Crianças e Adolescentes."

PROJETO DE LEI Nº 6.141/23 - do Sr. Lucio Mosquini - que "torna obrigatória a oferta de educação profissional técnica de nível médio em todas as unidades de ensino médio da rede pública". (Apensado: PL 4370/2024)

PROJETO DE LEI Nº 581/24 - da Sra. Renata Abreu - que "altera a Lei nº 12.711, de 2012, dispondo sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência no total de vagas de ampla concorrência para ingresso nas instituições federais de ensino". (Apensados: PL 2235/2024 e PL 463/2025)

À Deputada Dandara

PROJETO DE LEI Nº 1.428/15 - do Sr. Carlos Sampaio - que "altera os arts.1º, 6º e 19 , da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec; e dá outras providências"

PROJETO DE LEI Nº 1.735/19 - do Sr. Mauro Nazif - que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Pedagogo".

PROJETO DE LEI Nº 2.981/24 - da Sra. Silvye Alves - que "altera a Lei nº 12.771, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, a fim de incluir no programa especial de cotas, reserva de vagas para os responsáveis legais por pessoas com deficiência, nos termos da legislação".

À Deputada Dayany Bittencourt

PROJETO DE LEI Nº 2.414/21 - do Sr. Eduardo Bismarck - que "altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal, para promover a alfabetização e qualificação profissional desses trabalhadores".

Ao Deputado Diego Garcia

PROJETO DE LEI Nº 2.521/11 - do Senado Federal - Expedito Júnior - (PLS 123/2009) - que "altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para estabelecer que, no caso de transferência do aluno para outro estabelecimento de ensino, serão devidas as parcelas vencidas até o dia em que for solicitada a transferência". (Apensados: PL 4989/2013 (Apensado: PL 7689/2014 (Apensado: PL 615/2015 (Apensado: PL 1796/2015 (Apensados: PL 1701/2020 e PL 4039/2020 (Apensados: PL 5117/2023 e PL 1138/2024)))), PL 6348/2013, PL 6627/2013 (Apensado: PL 6237/2016 (Apensado: PL 7154/2017)), PL 6958/2013, PL 35/2003 (Apensado: PL 4192/2004), PL 208/2003 (Apensados: PL 5055/2009 e PL 5142/2013), PL 4870/2005, PL

6489/2006 (Apensados: PL 1255/2011, PL 9319/2017 e PL 4874/2019), PL 1110/2007, PL 1596/2007, PL 2775/2008, PL 2889/2011 e PL 1663/2020 (Apensados: PL 2155/2020 e PL 2725/2020))

PROJETO DE LEI Nº 2.931/15 - do Sr. José Guimarães - que " Dispõe sobre a implantação de Campus Avançado da Universidade Federal do Cariri - UFCA e dá outras providências"

PROJETO DE LEI Nº 282/19 - do Sr. Rubens Otoni - que "altera e acrescenta dispositivos à Lei de diretrizes e bases da educação, instituída pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 para dispor sobre o atendimento psicopedagógico na educação básica".

PROJETO DE LEI Nº 4.432/19 - do Sr. Abou Anni - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para obrigar a constar nos diplomas e nos documentos de identificação emitidos pelos Conselhos de Classe, quando se tratarem de profissões da área de saúde, a informação de que o curso foi realizado por Ensino a Distância ("EaD"), e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 907/20 - do Sr. Marcel van Hattem - que "dispõe sobre atividades complementares de cursos técnicos, tecnológicos e superiores em casos de estado de calamidade pública e epidemia do coronavírus (COVID-19)".

PROJETO DE LEI Nº 969/21 - da Sra. Edna Henrique - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para determinar que instituições de ensino, públicas e privadas, disponibilizem tradução em código braile em suas aplicações de internet". (Apensado: PL 3985/2021)

PROJETO DE LEI Nº 1.964/21 - do Sr. Neucimar Fraga - que "autoriza a criação da Universidade Federal de São Mateus (UFSM)".

PROJETO DE LEI Nº 3.336/21 - da Sra. Professora Dayane Pimentel - que "dispõe sobre a vedação da inserção de Propagandas governamentais e partidárias como condição para acesso à internet pública pelos alunos e professores das redes públicas de ensino".

PROJETO DE LEI Nº 2.988/22 - do Sr. Christino Aureo - que "institui o Programa "Mães na Escola" e dá outras providências".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 80/23 - da Sra. Sâmia Bomfim e outros - que "susta os efeitos da Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino". "

PROJETO DE LEI Nº 5.411/23 - do Sr. Airton Faleiro - que "autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Marajó (UFM), no Estado do Pará. "

PROJETO DE LEI Nº 6.087/23 - da Sra. Adriana Ventura e outros - que "prorroga, até 31 de dezembro de 2028, a vigência do Plano Nacional de Educação aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014". (Apensado: PL 530/2024)

PROJETO DE LEI Nº 2.841/24 - do Sr. Tarcísio Motta - que "institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências. " (Apensado: PL 1058/2025)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 323/24 - do Sr. Nikolas Ferreira - que "susta, parcialmente, a Portaria de nº 84, de 7 de fevereiro de 2024 do Ministério da Educação, especificamente o caput do artigo 2º, que estabelece o calendário operacional do Programa Pé-de-Meia para o ano de 2024".

Ao Deputado Dr. Fernando Máximo

PROJETO DE LEI Nº 1.447/15 - dos Srs. Dr. Jorge Silva e Norma Ayub - que "dispõe sobre o protagonismo juvenil".

Ao Deputado Duda Ramos

PROJETO DE LEI Nº 2.534/21 - da Sra. Rose Modesto - que "institui a Semana do Agronegócio na Escola nas instituições de ensino fundamental e médio públicas e privadas". (Apensado: PL 4930/2023)

PROJETO DE LEI Nº 1.780/24 - da Sra. Delegada Adriana Accorsi - que "dispõe sobre oferta de material escolar de uso pessoal adaptado às especificidades dos estudantes com deficiência".

PROJETO DE LEI Nº 3.912/24 - do Sr. Nikolas Ferreira - que "institui programa de oferta de cursos de extensão em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para famílias de crianças surdas em universidades e institutos federais e cria o Selo de Inclusão para empresas que promovam medidas de apoio à participação dos trabalhadores nesses cursos".

À Deputada Duda Salabert

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 153/24 - do Senado Federal - Vanderlan Cardoso - que "dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros de exercícios passados resultantes de repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios".

Ao Deputado Ismael

PROJETO DE LEI Nº 10.110/18 - do Sr. Celso Russomanno - que "acrescenta §7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências". (Apensado: PL 1760/2019 (Apensado: PL 2894/2019))

PROJETO DE LEI Nº 1.462/22 - do Sr. Glaustin da Fokus - que "altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para incluir nos currículos dos cursos superiores de Pedagogia, Psicologia e Psicopedagogia conteúdos referentes ao Transtorno do Espectro Autista". (Apensados: PL 1354/2024 e PL 1360/2024)

PROJETO DE LEI Nº 393/24 - do Sr. Afonso Motta - que "institui a obrigatoriedade de reconhecimento de diploma de pós-graduação em psicomotricidade por Conselho Profissional, alterando a Lei nº 13.794, de 3 de janeiro de 2019. "

À Deputada Lídice da Mata

PROJETO DE LEI Nº 778/19 - do Senado Federal - Chico Rodrigues - que "altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para prever a criação de ações afirmativas em favor de estudantes vinculados à agricultura familiar, urbana e periurbana".

À Deputada Maria Rosas

PROJETO DE LEI Nº 3.342/23 - do Sr. Idilvan Alencar - que "institui a Política Nacional do Audiovisual nas Escolas de Ensino Médio do Interior do país".

Ao Deputado Pedro Uczai

PROJETO DE LEI Nº 5.297/23 - da Sra. Adriana Ventura - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a disponibilização de informações acerca das faltas ao trabalho dos profissionais da educação. "

Ao Deputado Pr. Marco Feliciano

PROJETO DE LEI Nº 3.098/24 - da Sra. Luizianne Lins - que "cria SALAS DE ACOLHIMENTO SENSORIAL ÀS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA nas Instituições de Ensino Superior. " (Apensado: PL 4193/2024)

Ao Deputado Prof. Reginaldo Veras

PROJETO DE LEI Nº 6.194/16 - do Sr. Mário Heringer - que "altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que "Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências", para excluir os polos do sistema UAB das instituições beneficiárias do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 1.380/24 - do Sr. Bacelar - que "altera a Lei nº 10.260, de 2001, que institui o Fundo de Financiamento Estudantil, para dispor sobre a obrigatoriedade de concessão de financiamento a estudantes em cursos de educação profissional, técnica de nível médio. "

Ao Deputado Rafael Brito

PROJETO DE LEI Nº 3.891/24 - do Senado Federal - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - (PLS 170/2018) - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre atividades de monitoria no ensino médio".

À Deputada Silvia Cristina

PROJETO DE LEI Nº 3.832/24 - do Sr. Dr. Fernando Máximo - que ""Altera a da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para garantir prioridade no acesso às vagas em estabelecimentos da rede pública de educação básica, inclusive creches.""

À Deputada Socorro Neri

PROJETO DE LEI Nº 1.248/24 - da Sra. Meire Serafim - que "altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica".

À Deputada Soraya Santos

PROJETO DE LEI Nº 2.861/22 - do Sr. Gilberto Nascimento - que "altera as Leis nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e da nº 13.146, de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e institui a Política Nacional de Acessibilidade Educacional e dá outras providências". (Apensados: PL 6182/2023 e PL 953/2022)

À Deputada Tabata Amaral

PROJETO DE LEI Nº 1.107/24 - da Sra. Duda Salabert - que "altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, e a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, para melhorar a qualidade de dados sobre violência contra crianças e adolescentes".

Sala da Comissão, em 10 de setembro de 2025

Maurício Carvalho
Presidente